



**Lei 1160 de 19 de dezembro de 2019**

**Ementa:** Institui Programa de Regularização Fiscal (REFIS) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jataizinho (SAAE) para o exercício fiscal de 2019 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art.1º** Fica instituído o Programa Municipal de Regularização Fiscal (REFIS) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jataizinho (SAAE), com o objetivo de incentivar o pagamento ou o parcelamento dos débitos constituídos perante esta Autarquia, constituídos até 31 de dezembro de 2018, independentemente de serem objetos de execução fiscal ou terem suas exigibilidades suspensas.

**Parágrafo único.** O REFIS de que trata o art. 1º, será administrado pela Diretoria Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jataizinho (SAAE), e executada pelo responsável pela Emissão de Contas da Autarquia, com o acompanhamento do Setor Jurídico, sempre que necessário.

**Art. 2º** - A adesão ao REFIS-SAAE para parcelamento poderá ser realizada uma única vez, salvo quando houver vício insanável do ato administrativo que providenciar sua formalização, desde que observado o prazo fixado no §3º deste artigo.

**§1º** A adesão poderá ser feita por procuração outorgada pelo proprietário ou possuidor do imóvel, concedendo ao terceiro poderes específicos mediante a sujeição às condições estabelecidas nesta lei.

**§2º** O terceiro, com procuração poderá parcelar os débitos tributários mediante a apresentação dos documentos pessoais e comprovante de endereço, ficando ciente de que será incluído como co-devedor. A adesão ao REFIS-SAAE será feito voluntariamente pelo consumidor, contribuinte ou terceiro interessado, mediante requerimento apresentado ao responsável pela Emissão de Contas do SAAE, devidamente instruído com os seguintes documentos:

**I** – Quando pessoa jurídica, cópia do CNPJ/MF e dos atos constitutivos da empresa e última alteração contratual; e para o caso de pessoa física, cópia de documento de identidade e CPF/MF;

**II** – Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento, devidamente assinado pelo consumidor, contribuinte ou responsável proprietário, fornecido pelo SAAE.

**§3º** Para aderir ao Programa, nos termos referidos no *caput* deste artigo, o consumidor ou contribuinte terá como prazo para requerimento do Programa a data fixada para início de 01 de novembro de 2019 até 31 de janeiro de 2020.

**§4º** O consumidor ou contribuinte poderá incluir no REFIS do SAAE eventuais saldos de parcelamento em andamento que serão recalculados sem a presença dos juros de financiamento relativo às parcelas vincendas.



**Art. 3º** - Deferida a adesão ao REFIS, o débito será recalculado, atualizado e consolidado por natureza de tarifa ou tributo até a data do deferimento do pedido, segundo os seguintes critérios:

**I** – o principal será, primeiramente, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora e multa na forma estabelecida na legislação tributária municipal, para, após, definida a expressão do débito, aplicar-se o desconto dos valores sobre os juros, multa e correção, conforme o art. 5º desta Lei; e

**II** – serão excluídas do parcelamento, nos casos de execuções fiscais ajuizadas, as custas e despesas processuais cujo respectivo recolhimento deverá ser previamente realizado no Juízo competente, e, devidamente comprovado para obtenção do parcelamento de que trata a presente Lei, ressalvadas as hipóteses de deferimento judicial do benefício de gratuidade de Justiça, caso em que as mesmas não serão devidas.

**Art. 4º** - Consolidado o débito nos termos do artigo anterior, o pagamento e o parcelamento das Tarifas de Água e Esgoto, Taxas e Emolumentos obedecerão aos seguintes critérios:

**I** – o pagamento da 1ª (primeira) parcela far-se-á no ato, mediante o respectivo recolhimento na data da assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento;

**II** – o pagamento do saldo poderá ser efetuado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;

**Parágrafo único.** O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais) no caso de pessoa física e de R\$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica.

**Art. 5º** Será descontado dos débitos fiscais: juros, multa e correção monetária, e os pagamentos serão parcelados como segue:

**I** – À vista desconto de 100% (cem por cento);

**II** – em até 6 (seis) parcelas desconto de 75% (setenta e cinco por cento); e

**III** – em até 12 (doze) parcelas desconto de 50% (cinquenta por cento).

**Art. 6º** - A opção pelo REFIS sujeita o consumidor ou contribuinte a:

**I** – confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados, inclusive dos juros de mora e da multa;

**II** – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para seu ingresso e permanência;

**III** – pagamento prévio das custas processuais, honorários advocatícios e outros emolumentos de todas as execuções fiscais eventualmente ajuizadas, salvo se concedidos os benefícios da Gratuidade de Justiça;

**IV** – renúncia ou desistência de quaisquer ações, defesas ou recursos administrativos ou judiciais pertinentes ao débito pago ou parcelado.



**Parágrafo único.** A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento dos débitos descritos no art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** - Caso haja ação executiva em trâmite, a adesão ao REFIS está sujeita ao prévio pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, observado o inciso II do Art. 3º desta Lei.

**Parágrafo único.** Durante o regular pagamento do REFIS, a ação executiva em curso ficará suspensa a requerimento do Setor Jurídico da autarquia e, após o integral cumprimento da obrigação tarifária ou tributária, será extinta.

**Art. 8º** - O contribuinte será excluído do REFIS, mediante ato do(a) Diretor(a) Administrativo do SAAE, nas seguintes hipóteses:

**I** – inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta lei;

**II** – compensação ou utilização indevida de créditos;

**III** – decretação de falência, extinção pela liquidação ou cisão da pessoa jurídica;

**IV** – concessão de medida cautelar fiscal;

**V** – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do SAAE, mediante simulação de ato ou sonegação fiscal;

**VI** – decisão, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao consumidor ou contribuinte, relativo a débito que poderia ter sido incluído no REFIS e não foi, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência da referida decisão;

**VII** – o pagamento fora do prazo e condições estabelecidas nos arts. 4º e 5º desta Lei;

**VIII** – quando houver inadimplência no pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não.

**§ 1º** A Diretoria Administrativa do SAAE poderá propor a exclusão do optante.

**§ 2º** Do requerimento de exclusão, devidamente justificado, o consumidor ou contribuinte será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a decisão ou adimplir o débito existente.

**§ 3º** Não adimplido o débito ou sendo julgada improcedente a impugnação, em decisão fundamentada, o consumidor ou contribuinte será excluído do REFIS.

**§ 4º** A exclusão do REFIS implicará na exigência do saldo do débito tarifário ou tributário através da cobrança judicial ou no prosseguimento desta.

**§ 5º** A exclusão do REFIS produzirá efeitos a partir do mês subsequente aquele em que for cientificado o consumidor ou contribuinte.



**Art. 9º** - Os contribuintes interessados em aderirem ao REFIS deverão procurar o responsável pela Emissão de Contas do SAAE até a data de 31-01-2019 e observar as disposições contidas no artigo 2º desta Lei.

**Art. 10.** – Os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de refinanciamento deverão constar em arquivo específico no setor responsável pela Emissão de Contas do SAAE.

**Art. 11.-** Será facultado ao consumidor ou contribuinte antecipar o pagamento das parcelas vincendas de seu contrato de parcelamento, com desconto dos juros de financiamento correspondente, se houver.

**Art. 12.** - O consumidor ou contribuinte que optar pelo REFIS deverá desistir, antes de assinar o Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento, dos recursos administrativos que versem sobre os débitos tarifários ou tributários a serem consolidados no parcelamento.

**Art. 13.** – A certidão negativa de débitos do SAAE, somente será concedida após o pagamento da última parcela pactuada.

**Parágrafo único.** Quando solicitada a prova de quitação de créditos parcelados, para fins de Direito, o SAAE expedirá Certidão Positiva com efeitos de Negativa, se o interessado estiver adimplente com o pagamento do parcelamento na forma pactuada.

**Art. 14.-** O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente Lei Complementar, no que couber, no prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 15.-** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO**, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

  
**DIRCEU URBANO PEREIRA**  
*Prefeito Municipal*

Publicado no Diário Eletrônico  
Do Município.

Edição: 174 Data: 10/01/2020  
Página: 2 - 4